

---

## Telejornalismo através do espelho: uma análise da narrativa pedagógica na série *Brasil em Constituição do Jornal Nacional*<sup>1</sup>

Fernanda Rodrigues FIALHO<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### Resumo

Esta pesquisa investiga estratégias didáticas utilizadas na narrativa jornalística com enfoque na função pedagógica do telejornalismo. Na busca por mapear possibilidades de produção de conteúdo jornalístico compreensível para o telespectador, o estudo imerge no universo de *Brasil em Constituição*, série especial do *Jornal Nacional*, entendendo-a como um expoente do método jornalístico aplicado nas rotinas produtivas cotidianas, em que as características de linguagem são dilatadas pelo invólucro extraordinário das condições de realização da série. Sendo assim, o recorte visou a representar tanto a logística interna do produto quanto preceitos gerais da narrativa audiovisual. As referências norteadoras para a análise foram, principalmente, a análise crítica da narrativa elaborada por Luiz Gonzaga Motta (2013) e a dimensão pedagógica do telejornalismo (VIZEU, 2009).

**Palavras-chave:** Narrativa. Função pedagógica. Telejornalismo. *Jornal Nacional*.

### A roseira e a democracia: a narrativa na função pedagógica do jornalismo

No primeiro episódio da série especial *Brasil em Constituição*, exibida no *Jornal Nacional*, da TV Globo, a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia conta uma história pessoal sobre as roseiras cultivadas por sua mãe. Todos os dias, ela precisava acordar mais cedo para se dedicar aos canteiros, regar as plantas e retirar as ervas daninhas. Durante a narração da história, as imagens exibidas acompanham a aparente mudança de estilo de uma matéria jornalística factual, que abranda-se em um tom afetivo.

De uma perspectiva de construção narrativa, o uso somente do áudio da entrevista antes da aparição de Lúcia faz com que saia de cena a ministra – cargo incumbido de uma relevância social e intelectual atribuída por uma associação do senso

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista recém-formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e-mail: rf.fernanda11@gmail.com.

---

comum – e entra uma pessoa “normal”, até então sem um rosto, que compartilha uma memória familiar. A intenção da inclusão da reminiscência é explicada por Lúcia: assim como as roseiras, a democracia tem ervas daninhas, reverses que podem prejudicar sua existência, e exige vigilância.

Na ordenação dos clipes, há um estabelecimento retórico da relação entre a manutenção do sistema democrático e a persistência do cultivo das plantas em um clima desfavorável. As cenas também mudam para administrar o sentido do que está sendo exposto, em uma sintonia necessária entre jornalista e telespectador: este é levado "de volta" a um ambiente conhecido em que os fatos jornalísticos são apresentados, aproximando-se novamente de um conhecimento comum da estética do telejornalismo.

A partir do trecho exemplificado acima, buscamos elucidar a pretensão da pesquisa em, justamente, propor um estudo metodológico dessa camada narrativo-pedagógica da produção audiovisual no telejornalismo. Nosso objetivo, assim sendo, é identificar quais são os principais pontos que visam a compreensibilidade de uma narrativa telejornalística pela audiência, a partir da análise crítica dessa trama que estrutura o conceito de “reportagem”. Por isso, pretendemos observar estratégias comunicativas a partir da articulação entre imagem, som e áudio – a linguagem audiovisual – para compreender como os elementos formadores de discurso que compõem a reportagem são costurados para produzir sentidos que direcionam a uma mensagem específica – a intriga narrativa.

Em consonância a isso, consideramos e destrinchamos as dimensões da função pedagógica do telejornalismo (VIZEU, 2009), em especial os dispositivos didáticos (CERQUEIRA, 2018). Assim, a ação narrativa foi decomposta em partes, levantando recursos textuais e imagéticos por meio da evocação das instâncias de análise organizadas por Luiz Gonzaga Motta (2013). O autor separa-as no plano da expressão (plano do discurso e da linguagem; modo como o narrador permite ao receptor conhecer a realidade que será implementada na estória), plano da estória (representa a intriga, plano em que a estória está projetada virtualmente pelos recursos de linguagem) e o plano da metanarrativa.

---

Para tal, optamos por selecionar como objeto de análise o capítulo intitulado "Bases do federalismo estão garantidos na Constituição"<sup>3</sup> da série especial *Brasil em Constituição*, que possui um total de 23 episódios exibidos entre 29 de agosto de 2022 e 28 de setembro de 2022 no *Jornal Nacional*, telejornal da TV Globo. Pelo prisma exposto em entrevista para material de divulgação pelo então diretor-geral de jornalismo da emissora, Ali Kamel, em que associou a realização do projeto a uma noção de “os brasileiros não conhecem exatamente a Constituição”<sup>4</sup>, consideramos o produto um expoente relevante em matéria de telejornalismo ao buscar estratégias didáticas utilizadas na narrativa jornalística.

A série faz parte de uma tradição editorial da TV Globo que consiste em, a cada eleição presidencial, apresentar um projeto especial “que faça refletir sobre as necessidades do país, seus desafios, os desejos dos cidadãos brasileiros” (BONNER apud JN..., 2022)<sup>5</sup>. Nessa lógica, a escolha do episódio analisado deu-se a partir da relativa densidade que cerceia a questão central de sua narrativa – o sistema federalista –, associado diretamente à constituição política da organização institucional brasileira e, portanto, inerentemente técnico em sua natureza jurídica, mas cujo conhecimento revela-se valioso para a vida como cidadão munido de direitos.

### **Linguagem, didática e narrativa em ação no telejornalismo: análise da reportagem ‘Bases do federalismo estão garantidas na Constituição’**

“A cooperação entre estados, municípios e o governo federal é uma das bases do federalismo. Esse é o tema de hoje da série *Brasil em Constituição*”, diz a apresentadora e editora-executiva do *Jornal Nacional* Renata Vasconcellos. A cabeça da reportagem, que antecede o caminhar da apresentadora na passarela construída nos estúdios do telejornal para “levá-la” até o outro lado, parece elucidar de antemão o discurso de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte. Antes mesmo de

---

<sup>3</sup> Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/10962997/>>. Acesso em 28 jun. 2024.

<sup>4</sup> VEJA os bastidores da série do JN 'Brasil em Constituição'. **Jornal Nacional**. 29 ago. 2023. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/video/veja-os-bastidores-da-serie-do-jn-brasil-em-constituicao-10885686.ghtml>> Acesso em 28 jun. 2024.

<sup>5</sup> JN estreia a série 'Brasil em Constituição'; veja bastidores. **Jornal Nacional**. 29 ago. 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/2022/08/29/jn-estreia-a-serie-brasil-em-constituicao-veja-bastidores.ghtml>>. Acesso em 28 jun. 2024.

---

“atravessar” o telão, a voz do parlamentar começa a ressoar. Em meio à luz baixa do estúdio e o silêncio total do ambiente, há uma identificação visual e sonora de que a atmosfera usual do telejornal sofreu uma transformação.

Os ruídos estéreos presentes no som do discurso, equiparados diretamente à própria qualidade do áudio da fala de Vasconcellos segundos antes, é, em si, uma indicação que contém informações sobre a temporalidade do som, complementada pelo aparecimento de uma imagem de textura granulada de uma sessão da Assembleia Constituinte. Esta é utilizada em um jogo de câmera para, então, criar a ilusão de que a apresentadora foi teletransportada para o ambiente envolto por painéis onde cada reportagem é introduzida.

Em termos de narrativa, a objetividade da oração “esse é o tema de hoje” ajuda a colocar o próximo elemento do discurso – a imagem de arquivo exibida nos painéis, que não chega a preencher a tela – em perspectiva na sequencialidade da montagem, criando sentido ao posicionamento imediato do discurso após a leitura da frase.

Em um formato de comunicação que não admite repetição como a televisão, a cabeça, instrumentalizada para antecipar e impedir um possível ruído de comunicação, encadeia uma sequência capaz de alterar uma possível interpretação (ou dificuldade em criar uma) que aconteceria caso a interação do vídeo com a audiência fosse isolada no evento da fala, e não inserida em uma narrativa. O ruído advindo do áudio original do discurso, gravado há 35 anos, tem a distinção de, por si só, estabelecer um indicativo temporal sobre o sistema federalista, além de sua perpetuação, atestada pelos verbos no tempo presente utilizados no texto lido pela apresentadora.

Esse efeito de sentido é consequentemente causado em grande parte das vezes em que as imagens de arquivo aparecem na tela: há, em sua pura existência, a capacidade de estabelecer uma temporalidade legítima, sem demandar alteração manual, e terão seus sentidos modificados ou mais facilmente compreendidos por seus sucessores e antecessores na narrativa. A este recurso, no caso específico analisado na abertura da reportagem, identificamos-o como um dispositivo didático de complementaridade, uma vez que é capaz de atestar legitimidade ao texto referencial (CERQUEIRA, 2018) proclamado pela apresentadora.

---

Após a leitura do Art. 23 da Constituinte, que determina que as instâncias governamentais zelem pela “guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas”, a oração a seguir é utilizada para promover uma guinada retórica: “mas nem sempre foi assim”, diz Renata Vasconcellos. O operador argumentativo “mas” reorganiza a narrativa para dar espaço a uma breve abordagem dos governos autoritários.

O resgate de uma imagem de arquivo de um discurso do ex-presidente Getúlio Vargas carrega uma validação da fala anterior da apresentadora, em uma amostragem não apenas de um recurso de exemplificação, mas do aparecimento do dispositivo didático de reforço, próximo em sentido ao recurso de complementaridade.

No caso das sonoras, aparece na escolha de um trecho da fala que apenas repete o que foi dito, mas como forma de legitimação, visto que a força está justamente quando falada da fonte principal. (CERQUEIRA, 2018, p. 265)

Outro dispositivo didático é inserido após o breve resumo de um período de ditadura no Brasil, no qual os conceitos de federalismo e instâncias governamentais não existiram. O recurso de aproximação é identificado na frase “todos têm que cuidar da nossa terra. Da nossa gente”, em que o pronome na terceira pessoa permite que o jornalista se inclua nos fatos para aproximar-se do público, provocando um efeito de inclusão ao afirmar que também é um cidadão e sente o que a audiência sente (CERQUEIRA, 2018).

Cerqueira argumenta que o dispositivo didático de aproximação permite a abertura de um texto “mais dialogado, mas informal, gerando a aproximação e na tentativa de “desformalizar” para ajudar na compreensão” (2018, p. 266). Encontramos sentido narrativo, então, ao localizar um recurso sonoro que utiliza-se da musicalidade regional para reforçar de maneira audiovisual a tessitura da intriga, envolvendo a ideia de unidade nacional e divisão de poderes embutida no termo “federalismo” – tema central do episódio.

---

O editor de texto da TV Globo Rafael Carregal, em entrevista a esta pesquisa<sup>6</sup>, afirmou que a intenção, ao incluir uma música que remete à literatura de cordel<sup>7</sup>, foi exaltar a multiplicidade do território nacional, a partir da mensagem visual em que a imagem revela uma variedade de cenários filmados em um mesmo enquadramento, expondo, concomitantemente, a semelhança e a diversidade dos cliques.

[A ideia] foi a gente mostrar que o Brasil é muito diferente. Tem praias, tem rios, tem avenidas, tem cidades, tem muralhas, tem antiguidades, tem montanhas, tem tudo. A letra vinha cantando tudo isso também e no final desembocava no Tocantins, que era o estado mais novo da federação. (CARREGAL, 2023)

Recorremos à Motta (2013) para analisar o resgate à intriga principal, acentuado pela montagem que interliga o clipe musical à introdução da história do estado de Tocantins à reportagem. A opção por esta subintriga – a formação e as circunstâncias sociopolíticas que instauraram a criação do novo estado – articula um fio condutor entre os planos narrativos da expressão e da história, definidos metodologicamente pelo autor como as instâncias da análise.

Aliado ao dispositivo de personificação – “caso concreto da vida real que represente a situação que se deseja explicitar” (CERQUEIRA, 2018, p. 266) – que aborda a vida de um dos primeiros cidadãos tocantinenses, o uso de sonoridades de Neusir Rodrigues, mãe do personagem Portinari Rodrigues, reorganiza sintaticamente a narrativa para que esta remonte ao conteúdo primário: o federalismo na Constituição de 1988. Neusir equipara as responsabilidades com um filho às incumbidas por um estado, representando o plano da expressão.

A passagem da repórter Graziela Azevedo finaliza a sequência de microeventos que organizam o retorno ao conflito principal. Carregal (2023) explica que, entre as formulações narrativas no processo de montagem deste episódio, havia a intenção de “criar uma noção para o telespectador de unidade federativa, de cada uma na dimensão territorial do país”, o que inclui as responsabilidades e os custos.

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida presencialmente à autora em 20 jul. 2023. A íntegra da entrevista está disponível no Apêndice A desta pesquisa.

<sup>7</sup> A canção “Cordel do Federalismo”, de autoria de José Guilherme Teles e vocais de Janio Pereira, foi encomendada especialmente para a reportagem “Bases do federalismo estão garantidas na Constituição” (CARREGAL, 2023).

---

Por isso, consideramos que este é um ponto de virada narrativo, em que a reportagem assume por completo a roupagem didática: a repórter está sentada em uma sala de aula, com um quebra-cabeças no formato do mapa brasileiro à sua frente. Há uma peça faltante: a que representa o estado do Tocantins, que segura em uma das mãos. Entendemos que o recurso visual, além de significar um dispositivo didático de exemplificação – uso de exemplos fictícios ou reais para facilitar a compreensão –, avança na elaboração da intriga no sentido de criar uma perturbação imagética na narrativa, que provoca a criação de uma nova camada de interpretação por parte da audiência.

Esse processo é citado por Motta (2013) que, ao desenvolver uma metodologia de análise pragmática, argumenta que o discurso é organizado como um projeto dramático – a fim de construir a intriga – e, nesse universo, “narrador e receptor reconhecem fácil e intuitivamente o modelo”. O ponto de partida seria uma situação estável que, acometida por uma perturbação, transforma essa situação, o que solicita uma interpretação da parte receptora – que pode ser concretizada ou não.

Na frase “cada unidade da federação tem na lei maior autonomia para fazer muita coisa, mas também obrigações a cumprir”, “mas” aparece como o operador argumentativo que, textual e tecnicamente, causa a conturbação na estabilidade, utilizado em sua natureza opositiva para introduzir um subtema: as obrigações dos estados e divergências socioeconômicas entre as partes Norte e Sul do país. A passagem, portanto, abre caminho para a ação seguinte, induzindo intencionalmente o interlocutor.

Uma sonora isolada da fala de um homem, desconexa da ambientação anterior e da subsequente, é a marca da transição entre os assuntos: “o Sul tá feito, o Norte tá por fazer”. Sem mais indicações, a curta frase é acompanhada somente de uma descrição em arte – um dispositivo didático à disposição do telejornalismo, reconhecido como tal por Cerqueira (2018) – que aponta o ano em que foi gravada: 1988, o ano da promulgação da Constituinte.

É possível inferir, a partir disso, que a mensagem resguardada ali comunica tanto a situação do momento, fornecendo o contexto da época na perspectiva dos

---

cidadãos, quanto expõe a relevância da adoção de mudanças naquele determinado momento histórico. A imagem de arquivo funciona, portanto, como uma operação didática de contextualização<sup>8</sup>, em que a temporalidade é destacada pela inserção do gerador de caracteres (GC).

Em um exemplo clássico da definição do dispositivo didático de complementaridade (CERQUEIRA, 2018), a inserção subsequente de trechos de entrevistas com especialistas na área do Direito – o professor e historiador Júnio Batista e o então ministro do STF Ricardo Lewandowski – complementam o microevento anterior na sequência. Com a sonora “o federalismo é um instrumento para valorizar a democracia”, que segue a fala do professor sobre o acesso a políticas sociais, estabelece-se uma ideia de que, na teoria do sistema, as disparidades existentes (evidenciadas pela sonora anterior) podem ser amenizadas em favor do princípio democrático da isonomia entre os estados.

Afinal, como entende Carregal (2023), o objetivo da criação do Tocantins seria “melhorar as próximas gerações”, uma narrativa de ancestralidade e legado geracional que relaciona-se com a de Portinari Rodrigues e sua família. Após a captação de imagens que ilustram sua vida como professor no estado onde nasceu – um “detalhe” relevante para explicitar a conexão entre o personagem e a unidade federativa, como explica o editor de texto –, Portinari aparece no estúdio em um lugar de fala mais amplo, como representante dos habitantes do Tocantins, deixando de lado a coincidência de sua data de nascimento que o vincula individualmente ao surgimento do estado.

Sua função narrativa-didática, portanto, também é alterada: desta vez, em pé de igualdade com todos os outros entrevistados que passaram por ali, seu depoimento arredonda a subintriga que aborda a potencialidade socioeconômica e democrática do sistema federalista, o que culmina em melhorias na vida do cidadão, como o asfaltamento de ruas e a chegada de saneamento básico. A temporalidade é claramente

---

<sup>8</sup> Laerte Cerqueira define as características do dispositivo didático que nomeia como “contextualização” a busca de fatos, entrevistas e reportagens anteriores para “facilitar a compreensão de quem não está acompanhando os fatos e precisa saber os motivos que geraram os desdobramentos” (2018, p. 263). O autor ainda aponta que a introdução do recurso, geralmente, é marcada por uma palavra que destaca a temporalidade.



---

marcada em um antes e depois na fala — “a partir do momento que se transformou no estado do Tocantins”, evidenciando a dinâmica federalista como catalisadora, ainda que resguarde ressalvas sobre o que ainda precisa ser feito.

Um *off* de Graziela Azevedo é utilizado para fazer a narrativa avançar, em um momento em que consideramos ser utilizado indiretamente o dispositivo didático de interpretação de fala – “quando jornalistas interpretam trechos de entrevistas que foram separados para a reportagem” (CERQUEIRA, 2018, p. 265). A repórter explica que as reivindicações mencionadas por Portinari podem ser de responsabilidade do município, do estado e/ou do governo federal, ao mesmo tempo em que retoma a intriga principal da série especial: “a Constituição determina que tem que haver cooperação”.

A ideia é reforçada pela inserção de um trecho de uma entrevista com a ministra do STF Carmen Lúcia, que inicia com uma construção frasal simples e curta, gerando um impacto: “nós dizemos que o federalismo no Brasil é cooperativo”. A seguir, a construção da ideia de cooperação no federalismo – que consideramos mais uma subintriga do episódio – tem o auxílio do dispositivo didático de exemplificação, com o resgate de tragédias na cidade de Petrópolis, na Região Serrana do Rio, causadas pela chuva. A inserção das imagens de arquivo, marcadas pela temporalidade, são melhor compreendidas com a ajuda de artes no canto da tela que as localizam no tempo: 1981, 1988 e 2022.

A “quebra” causada pelo *off* acontece somente depois, entre as sonoras do ministro do STF e do ministro do STJ Herman Benjamin. A voz de Graziela Azevedo explicita o papel do cidadão no sistema federalista: “responsabilidades que podem e devem ser cobradas pelo cidadão”. A frase também funciona como uma introdução para o momento subsequente da narrativa que, em outra amostra do dispositivo de exemplificação, mostra o caso de um dos municípios mais jovens do Brasil – Pescaria Brava, em Santa Catarina –, cuja maioria dos habitantes votou pela mudança de distrito para município em 2012.

Assim, é importante atentar para o fato de que a informação sobre a votação não é fornecida em um discurso direto, em que passa pelo texto falado pela repórter. Tal como o exemplo das tragédias que acometeram a cidade de Petrópolis, resgata-se a

---

reportagem da época sobre o fato, desta vez em uma mescla dos recursos de contextualização com a personificação. Contextualização, dizemos, pois traz um fato anterior para elucidar a informação atual, que é, neste caso, uma reportagem que conta com o ponto de vista de um personagem, morador do município, sobre as expectativas para o futuro da região.

O contraponto narrativo aparece na voz da mesma pessoa de mais de uma década atrás, o pescador Edevaldo Fernandes. Sem necessidade de intervenção explícita do narrador, o microevento é encadeado canonicamente à ação anterior – a reportagem de acervo – por meio da sutileza da imagem, em uma dissonância visual de temporalidades explícitas tanto na qualidade do material quanto no rosto dos próprios indivíduos.

Observamos, a partir disso, que os episódios de *Brasil em Constituição* não possuem em suas narrativas um conflito central, mas que seus temas principais são exprimidos em conflitos nas subintrigas abordadas para exemplificar o bom funcionamento de uma lei ou as consequências da má aplicação da legislação. A pontuação de Edevaldo sobre melhorias que ainda devem ser feitas, mesmo mais de uma década depois da efetivação da alteração de distrito para município, é a oportunidade de encaixar um *off* que maximiza a situação de Pescaria Brava para o contexto nacional, retornando à intriga principal: “a maioria dos municípios brasileiros não se sustenta sozinho”, diz.

Assim, aprofundamos o raciocínio sobre a disposição das ações ao resgatar o postulado estabelecido por Motta (2013, p. 38) em que o narrador “dispõe tática e estrategicamente a sucessão dos fatos com o objetivo de tecer uma totalidade compreensiva”. Este pode ser visto como um retorno à evidência do plano da estória, em um aceno ao encaixe de todas as ações primeiramente interligadas no episódio ao plano mais amplo da expressão, no qual a metanarrativa de fundo – Constituição e democracia – é desenvolvida ao longo da série em sua totalidade.

Em seguida, em um tom de fechamento do projeto dramático proposto pela linha narrativa do episódio, a simbologia escolar contida nas cenas de alunos montando o quebra-cabeças cujas peças são as unidades federativas do Brasil escancara o intuito

---

pedagógico da abordagem. Para Motta (2013), a identificação do conflito dramático é relevante porque este estrutura as intrigas, simbolizando o “frame cognitivo” – a perspectiva escolhida pelo narrador para organizar a realidade em um projeto. A partir de seu reconhecimento, é possível entender como o narrador teceu os elementos de maneira premeditada para atribuir sentido às ações.

O desfecho desse conflito é revelado por meio de uma reportagem do *Jornal Nacional* de 2004 que explica como é feito o repasse de verba para os municípios pela União e um *off* de Graziela Azevedo que conversa diretamente com o trecho de quase duas décadas antes, facilitando o entendimento do telespectador que há, de fato, um diálogo a partir do uso do pronome demonstrativo em “esse sistema”. O resultado da junção dos dois elementos em um mesmo espaço-tempo apresenta a resolução da problemática da “tendência” de surgimento de cidades: houve a identificação de uma regra basal do federalismo que provocava essa “falha” no sistema, uma vez que os municípios criados não conseguiam obter verbas suficientes para a sustentação própria.

O fato é traduzido no texto do *off* como a percepção de que havia um “cobertor curto” de recursos, parte do processo de amadurecimento do modelo federalista propriamente brasileiro. Graziela conta, então, sobre as duas emendas constitucionais que, em uma linguagem que segue optando por expressões não-literais, “puseram um freio” nas emancipações. O recurso argumentativo permite navegar a densidade do assunto, em um processo alcunhado por Motta (2013) como “interregnos narrativos”. Nesse sentido, entendemos que a construção de uma “ponte” entre o conhecido e o desconhecido permite aproximar o público do que está sendo exibido ao articular para que um vocabulário técnico adentre um terreno semântico familiar ao público.

Assim, após a assertividade semântica provida pelo uso desses termos mais próximos do dia a dia da audiência, a narrativa pode avançar a um lugar teoricamente mais confortável, no sentido de haver uma confiança maior sobre a equidade do imaginário de conhecimento dividido com o telespectador em relação ao argumento que está sendo construído. Assim, nesse momento, são inseridas sonoras com especialistas que explicam mais profundamente o funcionamento da emancipação de municípios e a dinâmica do modelo federalista, o que abre uma brecha para debater a função do Supremo Tribunal Federal (STF) no tema.

---

O entrevistado Virgílio Afonso da Silva, professor de Direito Constitucional da Universidade de São Paulo (USP), utiliza a mesma tática comparativa para fazer uma aproximação de sentido com a função política do Supremo: este seria, então, como um “árbitro” na relação entre o governo, estados e municípios. A figura do árbitro no imaginário coletivo, mais do que uma profissão, carrega também um arquétipo de autoridade cujas características de mediação e de “guardião” da manutenção da justiça em um determinado ambiente e auxilia a compreender o padrão funcional do STF perante às questões dos poderes governamentais.

Neste caso, há uma ocorrência em que identificamos o uso do recurso didático de reforço<sup>9</sup>, já que o trecho da fala atesta a complexidade do sistema federalista mencionado pela repórter no *off* que antecede esta ação (“não é um quebra-cabeças fácil de montar”, diz a frase). Além da legitimação do texto, este extrato específico da entrevista permite que a discussão avance do plano teórico para adentrar a realidade dos problemas “factuais”, uma vez que foi estabelecido no imaginário compartilhado de conhecimento entre narrador e receptor o que faz o Supremo Tribunal Federal em relação ao federalismo.

O exemplo utilizado é uma reportagem do Jornal Nacional de 2020 sobre a atuação do Supremo durante a pandemia de Covid-19, em que o tribunal decidiu que estados e municípios teriam o poder de estabelecer políticas de saúde. O retorno ao passado funciona como uma introdução para o próximo conflito secundário (MOTTA, 2013), que tem a responsabilidade de encerrar a linha do tempo da intriga principal do episódio. Nesse sentido, trechos de sonoras são responsáveis por fazer a transição entre um arco específico – a atuação do STF em relação ao federalismo – e a retomada da temática abrangente de como o sistema influencia na vida cotidiana do cidadão.

O conflito principal (o federalismo como sistema garantido pela Constituição de 1988) e os demais conflitos secundários, como a emancipação de municípios e a criação do estado de Tocantins, dissolvem-se em uma unicidade cuja força moral da intriga

---

<sup>9</sup> Segundo o autor Laerte Cerqueira (2018), o dispositivo didático de reforço, quando utilizado por meio de sonoras, aparece na escolha de um trecho de uma fala do entrevistado que repete o que havia sido dito anteriormente, como forma de legitimação.

---

revela valores nacionais que pretendem abranger a toda a população. “Nós somos muito Brasis dentro de um”, diz Lúcia.

Afinal, se o texto “é um conjunto de instruções que o leitor recria de modo ativo e criativo” (MOTTA, 2013, p. 198), a orientação da cena final torna-se clarividente em suas intenções de convidar a exaltar a Constituição Federal, a partir de uma interação que acontece entrelinhas dos poderes da representatividade. Dessa vez, o texto aparece como adjuvante da imagem, ainda que fundamental para o impacto visual: em uma interpretação da fala da ministra, o *off* que encerra o episódio retorna ao termo “cooperação”, usado pela primeira vez no texto que introduz a reportagem. A voz de Graziela Azevedo indica que a cooperação prevista no documento mostra que “não importa onde estejam os brasileiros, todos devem ter o direito de se orgulhar de ser parte do mesmo mapa, do mesmo país”.

Motta (2013) defende que é no ato de recepção, onde a tessitura da intriga é recomposta, que a obra é concluída de fato. Tal postulado torna-se visual no desfecho do projeto dramático, com uma montagem que reúne clipes de pessoas de diferentes idades e etnias segurando o livro da Carta Magna em meio a uma rua movimentada. Uma vez que narrativas fáticas também são construídas a partir de um fundo ético ou moral, como aponta o autor, e remete a questões culturais pré-existentes à narrativa, a cena – que pretende representar indivíduos de todo o país a partir de personas que geram identificações abrangentes – é um convite coletivo ao enaltecimento da Carta de 1988, simbolizado como pilar democrático que está, simbólica e efetivamente, ao alcance das mãos.

### **Considerações finais**

A partir da análise do episódio da série *Brasil em Constituição*, pudemos identificar padrões estratégicos de produção de sentido. Concluímos que alguns destes estratagemas retóricos foram combinados para produzir o efeito pretendido pelo narrador e, assim, sustentar uma situação comunicativa com a audiência. A partir do entendimento dos jornalistas de que é preciso “conhecer o que está escrito ali para poder

cobrar” (BARBOSA apud ‘BRASIL..., 2022)<sup>10</sup>, o recurso de personificação aproxima o telespectador da narrativa e, portanto, gera interesse por meio de um sentimento de identificação, expondo o impacto em seu próprio cotidiano por meio de uma trama isolada.

Entretanto, observamos que o esforço para produzir sentidos é potencializado em sua eficiência somente a partir da mescla constante com os recursos de interpretação de fala, complementaridade e o auxílio visual de descrições em arte. A exemplificação como recurso narrativo também aparece como estratégia de suma importância, uma vez que observamos que este é um recurso fundamental no telejornalismo em dois sentidos: mostrar um exemplo de como uma informação técnica se aplica à vida prática é uma forma também de reforçar o fato, provocando ativações mnemônicas capazes de fazer associações que esclareçam o assunto, e também pela característica imediatista da televisão.

Ressaltamos, sobretudo, que estes estratagemas de linguagem funcionam como produtores de sentido somente a partir da articulação intrínseca entre imagem, som e texto – uma demonstração de respeito à força da informação visual na televisão<sup>11</sup>, principalmente como mobilizadora de referências. Estes componentes são articulados de modo que o encadeamento entre as ações da intriga sejam sutis, sem a interferência verbal constante do narrador – o que poderia prejudicar o dinamismo da reportagem e, assim, diminuir seu potencial explicativo, causando ruídos comunicacionais.

Assim sendo, concluímos que a “tradução” de uma realidade em constante movimento, desordenada perante ao acúmulo de acontecimentos sobrepostos e distorcida em meio ao inevitável caos digital, requer um esforço pedagógico cada vez maior do jornalismo de coconstruir, junto a sua audiência, um ambiente seguro de fatos. Visar a plena compreensão da narrativa jornalística é garantir o acesso à informação de qualidade, oferecendo as ferramentas necessárias para que as pessoas tomem suas próprias decisões. Por isso, é, sobretudo, zelar pela democracia, uma vez que esse

---

<sup>10</sup> ‘BRASIL em Constituição’, série especial do JN, estreia na segunda-feira (29). **Jornal Nacional**, 26 ago. 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/noticia/2022/08/26/brasil-em-constituicao-serie-especial-do-jn-estreia-na-segunda-feira-29.ghtml>>. Acesso em 26 fev. 2024.

<sup>11</sup> Paternostro (1999).

---

conhecimento transborda para o mundo tangível e transforma-se em arma de combate à desinformação.

## Referências

AZEVEDO, Graziela et al. **Brasil em Constituição: histórias da série exibida no Jornal Nacional que mostrou os avanços conquistados com a carta de 1988**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de Jornalismo. **Revista Contracampo**, n. 12, 2005. Disponível em:  
<https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17385/0>. Acesso em 27 fev. 2023.

CARREGAL, Rafael. **Entrevista com Rafael Carregal**. [Entrevista concedida à] Fernanda Rodrigues Fialho. Rio de Janeiro, 20 jul. 2023.

CERQUEIRA, Laerte. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo**. 2018. 321 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

JORNAL NACIONAL. **Bases do federalismo estão garantidas na Constituição**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 23 set. 2022. Programa de TV. Disponível em:  
<https://globoplay.globo.com/v/10962997/?s=0s>. Acesso em 28 jun 2024.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **Texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

VEJA os bastidores da série do JN 'Brasil em Constituição'. **Jornal Nacional**. 29 ago. 2023. Disponível em  
<<https://g1.globo.com/jornal-nacional/brasil-em-constituicao/video/veja-os-bastidores-da-serie-do-jn-brasil-em-constituicao-10885686.ghtml>> Acesso em 28 jun. 2024.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, v. 16, n. 40, p. 77–83, 2009. Disponível em:  
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>. Acesso em: 28 jun. 2024.